

A PARTICIPAÇÃO DA FUNDAÇÃO SICREDI NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A DEMOCRATIZAÇÃO

José Luiz Zanella [1]

Felipe José Schmidt [2]

Marlon Ricardo de Amorim[3]

Resumo

O trabalho tratará sobre a relação do público e do privado na educação e das implicações para a democratização nos quase 300 municípios brasileiros em que o Programa de Educação Cooperativa “A União Faz A Vida” (PUFV) da Fundação Sicredi está implementado. Destacamos o estímulo dado pelo PUFV aos professores da educação pública básica a aplicarem a metodologia por projetos como método de aprendizagem e conseqüentemente de formação política e moral dos estudantes, com o objetivo de estimular a cidadania cooperativa. Para tanto, realizamos pesquisa bibliográfica em todo o aporte teórico da Fundação com o objetivo de compreender a concepção de cidadania proposta. Após análise compreendemos que o PUFV é parte das estratégias do Terceiro Setor e é propulsor da reestruturação do Estado moderno, estimulando a solidariedade e o empreendedorismo como meios individuais de superação das misérias locais e dos problemas impostos pelas desigualdades sociais das realidades brasileiras.

Palavras-chave: Educação Cooperativa; Público e privado na Educação; Cidadania.

Abstract

The paper will deal about the relationship between the public and the private in education and its implications for democratization in the almost 369 Brazilian municipalities, until 2018, whose the Sicredi Foundation Cooperative Education Program (PUFV) is implemented. We highlight the stimulus given by the PUFV to the teachers of basic public education to apply the methodology by projects as a method of learning and consequently of political and moral formation of students, with the aim of stimulating cooperative citizenship. To do so, we carry out bibliographic research in all the theoretical contribution of the Foundation with the objective of understanding the conception of proposed citizenship. After analysis we understand that the PUFV is part of the strategies of the Third Sector and is the driving force behind the restructuring of the modern State, stimulating solidarity and entrepreneurship as individual means of overcoming local miseries and the problems imposed by the social inequalities of Brazilian realities.

Keywords: Cooperative Education; Public and private in the education; Citizenship.

[1] Filósofo, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1986). Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (1999). Doutor Em educação pela Universidade Estadual de Campinas (2003). Professor efetivo da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: zanellazl@hotmail.com

[2] Filósofo, professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UNIOESTE). E-mail: felipe.schmidt@ifsc.edu.br

[3] Graduando em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina e Universidade Católica de Múrcia (Espanha), Técnico Administrativo Educacional do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), São Miguel do Oeste. E-mail: marlon.amorim@ifsc.edu.br

Introdução

Nesta investigação, analisamos especificamente o Programa de Educação Cooperativa “A União Faz a Vida” (PUFV) da Fundação SICREDI (FS) e sua concepção de cidadania proposta nas parcerias com cerca de 300 municípios brasileiros. Problematizamos as bases teóricas que sustentam a formação para o exercício da cidadania que foram adotadas pelo PUFV com o objetivo de compreender se estas incidem objetivamente sobre as demandas do Estado e do setor produtivo, servindo para o ajustamento e qualificação dos trabalhadores aos ambientes das empresas. Portanto, pretende-se reconhecer qual é o projeto de cidadania e que tipicidades tem a educação cooperativa dentro da conjuntura do Estado que adere à parcerias privadas.

A força que assume a cidadania é tamanha, a ponto de servir como elemento de referência para reformas em políticas educacionais e sociais. Assim, em que medida o privado, representado pela FS participa, influencia na formação dos cidadãos e se materializa nos setores públicos de educação, tendo em vista a expressiva expansão da atuação do PUFV nas redes públicas de ensino em todo o país. Dessa maneira, interpelamos qual é a concepção de cidadania apresentada Fundação SICREDI no PUFV inserido no setor educacional público analisando seus impactos para a democratização.

Métodos

Ressaltamos que o pressuposto teórico-metodológico que embasa este trabalho é que a política educacional é parte da materialização do Estado que, por sua vez, é parte do movimento histórico em um período particular do capitalismo (Peroni, 2011).

O foco da análise é a presença do privado no setor educacional público e suas implicações na concepção de cidadania, considerando os interesses públicos e privados em uma sociedade de classes que perpassam o Estado e a sociedade civil. Partimos do pressuposto de que a escola é determinada socialmente, tendo em vista que “a sociedade em que vivemos, fundada no modo de produção capitalista, é dividida em classes com interesses opostos e, portanto, a escola sofre a determinação do conflito de interesses que caracteriza a sociedade”. (Saviani, 2008, p.33)

A temática da cidadania é atual e enfocaremos sob os aspectos político, econômico e social. No seu aspecto político, o termo constitui um importante elemento de mediação entre capital e sociedade civil, através de serviços e valores de instituições privadas fomentadas pelo público. No seu aspecto econômico, a noção vem se constituindo como parte integrante das políticas sociais e conseqüentemente diminuindo os gastos públicos, pois tem sido tomada como fator de humanização e de responsabilidade social. No seu aspecto social, a precarização dos direitos conquistados pelo Estado de Bem-Estar.

Nesta pesquisa qualitativa aplicou-se a tipologia bibliográfica, para tanto, realizamos uma análise de conteúdos enfatizando

[..] o estudo das motivações, atitudes, valores, crenças, tendências e para o

desvendar das ideologias que podem existir nos dispositivos legais, princípios, diretrizes etc., e que, à simples vista, não se apresentam com a devida clareza (Triviños, 1987, p.159-163).

Através de pesquisa, e analisamos os referenciais teóricos utilizados nas definições do conceito de cidadania na modernidade. Os seus fundamentos filosóficos e sociológicos servem para compreender a reestruturação da relação entre a Sociedade Civil e o Estado e os efeitos das estratégias do capital no desenvolvimento do PUFV.

O aporte teórico analisado para embasar a compreensão do PUFV, são os livros da *Coleção de Educação Cooperativa* e o *Caderno Didático para Assessores Pedagógicos*¹. A coletânea possui quatro cadernos, (2008a), (2008b), (2008c), (2009), desenvolvidos pela Fundação SICREDI, pelas Assessorias Pedagógicas, pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – CENPEC e pelos Parceiros do Programa tais como a Secretaria de Educação e demais Instituições de Ensino.

Discussão

A reestruturação do Estado e das políticas educacionais

O objetivo deste tópico é compreender o papel do Estado e da Fundação Sicredi na condição de representante da sociedade civil, como parte e consequência das correlações de força da complexa reorganização das estruturas de poder a qual visa obter resultados diretos na formação de uma nova cultura cívica. Para isso, tratamos da articulação entre as fronteiras do público e do privado que vêm sendo processadas no mundo capitalista moderno com implicações para a concepção da cidadania e direitos sociais. Especificamente destacamos as interferências no setor educacional que afetam diretamente no debate de educação e formação para o trabalho exemplificado pelo Programa de Educação Cooperativa da Fundação Sicredi.

Consideramos a tese de que a crise atual requer uma avaliação adequada da natureza econômica e social para compreendermos o contexto em que estamos vivendo. Ela é estrutural, tem caráter universal, é global e sua escala de tempo é extensa e contínua (Mészáros, 2011). Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes,

[...] foram o advento do Neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalhador e a desmontagem do setor produtivo estatal, (...); a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e o trabalho, com vistas a dotar do instrumental necessário para tentar repor patamares de expansão anteriores (Antunes, 1999, p.31).

¹ A coleção inteira pode ser consultada no endereço eletrônico da Fundação SICREDI. Disponível em: http://auniaoafazavida.com.br/colecaodeeducacao_corporativa. Acessado em 18 de novembro de 2016.

A ideologia neoliberal encontrou caminhos lucrativos fazendo-se presente na maioria esmagadora dos governos capitalistas contemporâneos. Assim, os elementos que compõem a cidadania moderna, em sua fase neoliberal, ou seja, aqui no sentido de uma nova forma de ver os processos que compõe os direitos dos cidadãos no que se refere à educação, pretendem a conformação humana às condições de adaptabilidade à dinâmica do modo de produção da sociedade capitalista. Destacamos como tendência predominante a introdução, cada vez maior, de novas lógicas na regulação da vida social, principalmente no que se refere à retirada de direitos e nas mudanças ocorridas na relação entre educação e trabalho.

Peroni (2015) pondera que esta é a principal alternativa proposta tanto para que o Estado não seja mais o principal executor das políticas sociais como para que, “através da parceria público-privado, possa aprofundar a lógica de mercado nas políticas públicas, qualificando-as” (Peroni, 2015, p.13).

Acácia Z. Kuenzer (2002) compreende que o novo papel atribuído ao Estado neoliberal no que diz respeito à educação em suas relações com o trabalho, provocaram impacto nas categorias conteúdo, método, espaços, atores e formas de controle. Nessa interpretação, a escola constitui-se historicamente como uma das formas de materialização dessa divisão. “A escola, fruto da prática fragmentada, expressa e reproduz esta fragmentação, através de seus conteúdos, métodos e formas de organização e gestão” (Kuenzer, 2002). Historicizando, afirma que a partir das relações de produção e das novas formas de organização do trabalho são concebidos e veiculados novos modos de vida, comportamentos, atitudes e valores.

Assim, entendemos que a expansão e a anulação de práticas de cidadania no atual período moderno do capitalismo, atrelam-se aos ditames do mercado o qual, “será marcado, desde sua emergência por ambigüidades significativas, tanto em termos teóricos quanto práticos” (Benevides, 1994, p.6).

O Estado passou a representar também os interesses da sociedade civil modernizada que inclui o setor privado na prestação de serviços públicos, fortalecendo a proteção dessa lógica mercantil inserida nas legislações e fortemente nos programas de educação, como por exemplo, o Programa “A União Faz A Vida”, que serve para nossa análise. Inserido nos espaços públicos, os entes economicamente mais fortes ganham de quem é mais fraco, por conseguinte, cada um defende seus interesses mercantis.

Ao deixar de ser o principal executor das políticas sociais, o Estado promove, na análise de Peroni (2013),

[...] um esvaziamento das políticas sociais entendidas como direito universal. Aumentou, portanto a separação entre o econômico e o político, historicamente presentes no capitalismo, e o esvaziamento do conteúdo da democracia. Perdeu-se a discussão das políticas sociais como a materialização dos direitos sociais (Wood apud Peroni, 2013, p.17).

Neste sentido, para compreender a sociedade civil moderna, faz-se necessário aproximar a relação entre a cultura capitalista e democracia como consequência do desenvolvimento econômico da burguesia, a qual

provocou, e continua a provocar, profundas mudanças na concepção de cidadania, através da conciliação entre o capitalismo e o fortalecimento das sociedades democráticas.

O foco central desta complexa reorganização das estruturas de poder para obter resultados diretos na formação de um novo tipo humano é a educação em sua concepção mais genérica ou na especificidade da instituição social que a tem como atividade central. Assim, a escola certamente passa por reformulações já que o controle e administração sobre a força de trabalho é condição essencial para o desenvolvimento da economia capitalista. (Bernardo, 1985)

O papel da escola na formação de uma nova cultura cívica

Nesta conjuntura, a escola passa por reformulações estruturais, já que o controle e administração sobre a força de trabalho é condição essencial para o desenvolvimento da economia capitalista. Dessa maneira, o processo de ressignificação do Estado e da sociedade civil abrange a educação e as instituições de ensino em todos os níveis porque a educação passa a ser objeto de interesse do capital internacional e assume uma característica econômica fundamental no capitalismo condicionada as normas de comercialização. Torna-se um bem de serviço, uma mercadoria (Oliveira, 2009).

O Estado capitalista como um Estado de classes e que tende a organizar a escola para a formação do homem coletivo pretende alcançar a escola pública e privada, como lugar exclusivo do tipo humano desejado. Considerando as análises que realizamos até aqui, entendemos que há uma relação pedagógica que pretende instaurar uma nova cultura no momento em que o Estado, enquanto educador assume seu papel de

criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a “civilização” e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade (Gramsci, 1991, p.91).

Segundo o autor, ao Estado capitalista impõe-se a complexa tarefa de formar um certo homem coletivo. Conforme à sociabilidade burguesa. Para isso, o Estado moderno torna-se educador, civilizando e moralizando as massas a tipos novos de humanidade. Ao mudar o papel do Estado e as fronteiras entre o público e o privado, a compreensão da cidadania e as exigências dos direitos do cidadão são transformadas.

O novo modelo de Estado propõe um original envolvimento cívico porque dá orientações aos cidadãos e à política, principalmente, na condução democrática conforme os ordenamentos do capitalismo e os moldes do mercado moderno. A formação do cidadão é consequência do desencadeamento desta lógica mercantil já destacada e que, por sua vez, “fica subordinada aos requisitos de habilidades necessárias aos processos de produção de mercadorias comandados pelo capital” (Branco apud Peroni, 2015, p.15).

As sociedades democráticas modernas vêm sofrendo o impacto das estratégias do capital para

superação da crise e dessa maneira, requer de seus cidadãos o engendramento nesta conjectura a fim de suprir com aquilo que o Estado não pretende arcar e, por isso, favorecem estratégias que se empenham em fortalecer o empreendedorismo e a cooperação.

Na perspectiva de protagonismo individual e de conservação das relações sociais vigentes, os indivíduos são incentivados a ser ativamente responsáveis pelos destinos da sociedade, entendidos como cooperativos, cidadãos de boa vontade em um pacto pelo bem comum, no qual deverão tornar-se empreendedores de uma causa executando as políticas sociais com espírito solidário e colaborativo.

No Brasil, a primeira metade da década de 1990, o processo de reestruturação do Estado brasileiro foi agravado pelas políticas neoliberais através da implementação de medidas de privatização e reforma da aparelhagem. As correlações de forças entre Estado e a sociedade civil passaram a ser, cada vez mais, constitutivas das transformações que vêm se materializando na educação do Brasil.

Desse modo, o novo Estado incentiva e aprofunda o surgimento de novas organizações definindo espaços de participação direta na aparelhagem estatal, incorporando-as em sua estrutura por meio de parcerias, de modo a transformá-las em propulsores da “confiança ativa, do equilíbrio harmônico entre indivíduos e a esfera da nova política, fortalecendo, assim, os laços de convivência pacífica” (Lima; Martins, 2005, p.55). Neste contexto é que surge a FS e sua proposta de Educação Cooperativa para os municípios, participando diretamente do Estado como parceiro na aparelhagem educacional.

O Programa de Educação Cooperativa da Fundação SICREDI

Tendo apresentado o processo de reestruturação do Estado, da sociedade civil modernizada e a nova cultura cívica que a pedagogia da hegemonia propõe, compreendemos que há na legislação, nos fundamentos pedagógicos, na tipicidade da cidadania, nos problemas de desenvolvimento, de qualidade e acesso educacional do sistema público espaço favorável para que o setor privado provisione, envolva-se e preste serviços educacionais com soluções baseadas no mercado.

A importância de ter identificado a educação como foco estratégico do capital e a concepção de cidadania destacada até aqui foram fundamentais para relacionar e reconhecer esses processos no Programa de Educação Cooperativa “A União Faz a Vida” da Fundação SICREDI. A pesquisa foi construída mediante a análise do aporte teórico, da proposta metodológica de execução do PUFV e das implicações que dela resultam na formação do cidadão, pautadas no objetivo principal que é

Construir e vivenciar atitudes e valores de cooperação e cidadania, por meio de práticas de educação cooperativa, contribuindo para a educação integral de crianças e adolescentes, em âmbito nacional (Sicredi, 2008a, p.7).

O PUFV foi inaugurado em 27 de janeiro de 1994, quando o Conselho de Administração da Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul (RS), aprovou o cronograma inicial e implantou o projeto piloto no município de Santo Cristo/RS. No mesmo período da criação do Programa, em âmbito nacional, as parcerias entre o público e o privado com base nas interações dos setores econômicos e políticos da sociedade foram se materializando na área de educação.

Evidenciamos que a Fundação SICREDI, desde então, propõe o Programa em parcerias político-institucionais com o setor público, alcançando servidores, propondo ações e modelos de práticas da docência cotidianamente e impactando os estudantes diretamente. Conforme o relatório de atividades descrito na página oficial do Programa², a parceria está impactando 369 municípios, 1.908 escolas, 24.906 educadores, 284.604 crianças e adolescentes envolvidos.

No aporte teórico a metodologia propõe o processo de gerencialização da educação definindo termos e as condições da tomada de decisão didática como forma de conhecimento que governa padrões de relacionamentos internos e externos à escola. Através da gerencialização pressupõe a criação de formas de gerir e de tipos de gestores da escola e da sala de aula. Tal princípio é verificável nos convênios e acordos entre Estado e a Fundação, e justifica-se porque permite que as escolas continuem sendo públicas e gratuitas para os alunos, mas progressivamente, adaptem-se a lógica gerencialista da gestão privada. Essa conduta está nos meandros da abertura do Estado para a implementação do privado. Trata-se de reproduzir no público a lógica do privado voltada à educação.

O Programa direciona-se às escolas públicas de Ensino Fundamental I e II, de Educação Infantil, e Ensino Médio. As principais ferramentas teórico-metodológicas do Programa, asseguradas e implementadas pretendem desenvolver a cidadania cooperativa através das seguintes tecnologias educacionais: expedições investigativas; o trabalho com projetos; e a participação da comunidade de aprendizagem.

Na metodologia de projetos, a primeira etapa, Índice inicial, é identificar os problemas locais, o objeto de conhecimento será escolhido pelos estudantes para ser desenvolvido. Pontuado o que as crianças já sabem sobre o tema escolhido, o educador passa a elaborar e organizar as questões que expressam o que os educandos gostariam de saber mais sobre o tema mobilizado. Essas problematizações deverão ser respondidas na segunda etapa, chamada de Índice Formativo. Este constitui um instrumento de avaliação, o que implica em sínteses provisórias sobre os conhecimentos conquistados por meio das pesquisas individuais ou grupais, chamado Índice Final.

No desenvolvimento de suas atividades, a FS enfatiza a educação como instrumento de formação do cidadão. A valorização da cooperação nos ambientes escolares vai ao encontro de um projeto de uma nova cidadania mais igualitária, justa e solidária. O Programa é apontado como a Ação de Responsabilidade Social mais importante do Sistema, e consubstancia a estratégia do Terceiro Setor para a educação fortalecendo o consenso hegemônico. Nesse modelo de filantropia, o mercado é apresentado como um espaço compensatório e como uma nova fonte de soluções alternativas para problemas de desenvolvimento,

² Disponível em: http://www.auniaofazavida.com.br/ondeatamos_abrangencia. Acessado em 01 de janeiro de 2019.

afirma (Ball, 2013).

Essa concepção de filantropia e ajuda solidária, “embaralha intencionalmente a linha divisória entre negócios, empreendimento, desenvolvimento e o bem público e levanta questões fundamentais sobre os métodos e o futuro papel das agências de desenvolvimento tradicional” (Ball, 2013, p.36).

A ideia de autonomia financeira, política e administrativa, são entendidas como condições da escola para assegurar a autonomia do PUFV do Estado para o investimento nas áreas sociais, passando a responsabilidade aos cidadãos envolvendo-os nos problemas reais, econômicos ante a falência e ineficiência do setor público. Portanto, o Programa sintoniza-se ao comportamento do Terceiro Setor como instrumento de fortalecimento de uma mesma lógica da sociedade civil e para o cidadão que participa.

O PUFV se projeta em um sistema no qual os incentivos de mercado, incluindo o lucro e/ou o reconhecimento, impulsionam essas empresas, organizações e indivíduos para que, juntos, possam, ganhar reconhecimento, conforme Ball (2013) “realizando um trabalho que diminua as desigualdades no mundo, fazendo mais pelos pobres com menos” (p.36).

Considerações finais

O que ressaltamos é a relação direta que este tipo de parceria entre público e privado realiza no setor educacional, interligando caridade, no sentido de trabalho voluntário e política, estabelecidas entre a Fundação e o setor público, donde há uma intervenção direta da ação filantrópica privada no campo da política educacional gerando implicações conceituais e práticas em relação ao conceito de democracia, cidadania e à fonte e agência da formulação de políticas na esfera pública.

O formato do Programa pretende o fortalecimento da cultura da cooperação e do empreendedorismo. Entretanto, nesta concepção de democracia proposta, os direitos civis e políticos são fortemente defendidos e ampliados, enquanto que, os direitos sociais são substituídos pela atuação dos membros da comunidade através da cooperação. Os indivíduos enquanto sociedade civil enfrentariam a miséria e a pobreza isoladamente em suas realidades, o que, despolitiza a crítica social sobre as desigualdades.

Contudo, para ampliar o acesso aos bens materiais para a sobrevivência daqueles que não tem e formando a comunidade para a concepção de felicidade coletiva e geral para a satisfação de todos através do hábito social da solidariedade, nega-se a miséria estrutural e pressupõe que aqueles que detêm a riqueza deveriam e partilhariam igualmente com todos os indivíduos seus bens autônoma e automaticamente após a compreensão do propósito cooperativista.

Fontes

Antunes, R. (1999). *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Ball, Stephen J. [et al]. (2013). *A constituição da subjetividade docente no Brasil: um contexto global*. Revista Educação em Questão, Natal, 46 (32), 9-36.

- Benevides, M. V. de M. (1994). *Cidadania e democracia*. Lua Nova (São Paulo), 33, 5-37.
- Bernardo, João. (1985). *O proletariado como produtor e como produto*. In: Revista de Economia Política, 5 (3), 83-100, jul-set.
- Gramsci, Antonio. (1991). *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 8.
- Lima, Kátia R. S; martins, André Silva. (2005) *Pressupostos, princípios e estratégias*. In: Neves, Lúcia Maria Wanderley (org). A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 43-67.
- Kuenzer, Acacia Zeneida. (2002). *Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho*. In: Lombardi, C.J; Saviani, D; Sanfelice, J. L. (orgs.). Capitalismo, trabalho e educação. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 27-35.
- Mészáros, I. (2011). *Crise estrutural necessita mudança estrutural*. Conferência de abertura do II Encontro de San Lazaro, Portugal.
- Oliveira, Romualdo Portela de. (2009). *A transformação da educação em mercadoria no Brasil*. Educ. Soc., Campinas, 108(30), 739-760. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.
- Peroni, Vera Maria Vidal. Rossi, Alexandre José (org). (2011) *Políticas educacionais em tempos de redefinições no papel do Estado: Implicações para a democratização da educação*. Porto Alegre: Programa de Pós- Graduação em Educação da UFRGS, Gráfica e Editora UFPEL.
- Peroni, Vera Maria Vidal. (org). (2013) *Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação*. Brasília: Liber Livro.
- Peroni, Vera Maria Vidal. (org). (2015). *Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação*. São Leopoldo: Oikos.
- Saviani. Dermeval. (2008) *Escola e Democracia*. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados (Coleção Educação Contemporânea).
- Sicredi, Fundação. (2016). *Vida Cooperativa, 2016*. Disponível em: <http://www.vidacooperativa.com.br/>.
- Sicredi, Fundação. (2008a). *Coleção de Educação Cooperativa: Conhecendo o Programa*. Disponível em: http://auniaofazavida.com.br/colecaoedeeducacao_corporativa. Acessado em 20/11/2016.
- Sicredi, Fundação. (2008b). *Coleção de Educação Cooperativa: Vivenciando trajetórias cooperativas*. Disponível em: http://auniaofazavida.com.br/colecaoedeeducacao_corporativa. Acessado em 20/11/2016.
- Sicredi, Fundação. (2008c). *Coleção de Educação Cooperativa: Formando Educadores*. Disponível em: http://auniaofazavida.com.br/colecaoedeeducacao_corporativa. Acessado em 20/11/2016.
- Sicredi, Fundação. (2009). *Coleção de Educação Cooperativa: Vivenciando trajetórias cooperativas*. Disponível em: http://auniaofazavida.com.br/colecaoedeeducacao_corporativa. Acessado em 20/11/2016.
- Triviños, Augusto N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.

